

RELATÓRIO E CONTAS **2018**

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA GERÊNCIA E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	3
1.1. MENSAGEM DA GERÊNCIA.....	3
1.2. SÓCIOS.....	4
1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	4
1.4. PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DA GERÊNCIA.....	4
2. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	6
2.1. ENQUADRAMENTO.....	6
2.2. ORGANIZAÇÃO.....	7
2.3. MACRO ATIVIDADES.....	8
2.4. RECURSOS HUMANOS.....	9
2.5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	11
2.6. SITUAÇÃO ECONÓMICA.....	11
2.7. RENDIMENTOS E GANHOS.....	11
2.8. GASTOS E PERDAS.....	11
2.9. INDICADORES ECONÓMICOS.....	13
2.10. SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	14
2.11. INDICADORES FINANCEIROS.....	14
2.12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	15
2.13. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	15
2.14. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO.....	15
2.15. QUOTAS PRÓPRIAS.....	15
2.16. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES.....	15
2.17. SUCURSAIS DA SOCIEDADE.....	15
2.18. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	15
3. PERSPETIVAS PARA 2019.....	16
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO.....	18
5.1. BALANÇO.....	20
5.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	21
5.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	22
5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	23
5.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24

1. MENSAGEM DA GERÊNCIA E ÓRGÃOS SOCIAIS

1.1. Mensagem da Gerência

O ano de 2018 foi de encontro às previsões macroeconómicas com um crescimento do PIB nacional de 2,12%. Em termos regionais o contexto económico acompanhou a tendência nacional. Este cenário macroeconómico contribui para a SEGMA a fixar um novo máximo histórico de faturação, ultrapassando os 7 milhões de euros.

A SEGMA apresenta em 2018, um resultado líquido de 629.254 euros que resulta de um volume de negócios de 7.334.102 euros, correspondendo a uma rentabilidade líquida de 8%. Conseguimos crescer em todas as suas áreas de negócio e no computo geral crescer 19% superando as expectativas para 2018 em 25%. Apesar deste facto, foi um ano de grandes desafios que puseram à prova a capacidade técnica da empresa e a resiliência de toda a equipa.

Continuamos a sentir que o desafio nos próximos anos será tornar a empresa mais eficiente, investindo em recursos e infraestruturas que alavanquem uma melhoria de processos sempre com uma lógica de racionalização orientada à sustentabilidade.

A SEGMA renova, a cada dia, a sua ambição de continuar a ser uma empresa de referência, atenta às alterações do ambiente de negócio e que contribui para acrescentar valor ao Grupo EDA e participar ativamente no processo de desenvolvimento sustentado da economia dos Açores.

A GERÊNCIA

João Carlos Santos Correia

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

1.2. Sócios



EDA, S.A. – 90%



EDA RENOVÁVEIS, S.A. – 10%

Handwritten blue initials: 't', 'd', and 'g'.

1.3. Órgãos sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Representante da EDA, S. A.

Secretário: Representante da EDA RENOVÁVEIS S. A.

A GERÊNCIA

João Carlos Santos Correia

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

UHY & Associados, SROC, Lda representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC n.º 652)

1.4. Principais elementos curriculares de cada um dos membros da gerência

Eng.º João Carlos Santos Correia: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de S. Miguel entre 1999

e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de S. Miguel entre 1995 e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de S. Miguel de 1990 a 2000. Administrador da EDA desde 2014 até à data e Gerente da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Dr.^a Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1988. Participante no Programa Avançado de Gestão para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1995 e no Programa Avançado de Finanças para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1996. De outubro de 1987 até junho de 1988: Monitora como prestação eventual de serviço na Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, período em que lecionou as cadeiras de Gestão Financeira I e Gestão Financeira II. Desde 5 de dezembro de 1988 integra os quadros da Empresa de Eletricidade dos Açores, tendo desempenhado as seguintes funções: Até 30 de setembro de 1990, desempenhou funções técnicas na Direção Financeira, área da Fiscalidade, durante 6 meses e, posteriormente, prestou apoio técnico ao Diretor; De 1 de outubro de 1990 até 22 de abril de 1993, foi Coordenadora do Gabinete de Estudos e Análise Financeira, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1993 até 22 de abril de 1994 e de 29 de outubro de 1996 a 31 de dezembro de 2000 chefiou o Serviço de Finanças, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1994 até 15 de novembro de 1997 foi Adjunta da Direção Financeira; A partir de janeiro de 2001 foi Diretora da Gestão Administrativa e Contabilidade, da Eletricidade dos Açores, S.A.. Administradora da EDA desde até 2013 até à data e Gerente da SEGMA, Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda, desde 12 de julho de 2013.

Eng.º Carlos Filipe Almeida Santos Pereira: Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, em 2002. Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE); Técnico auditor energético e autor de planos de racionalização e de relatórios de execução e progresso no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE). Iniciou a sua carreira profissional no Grupo TAVFER (2003/2004), integrando a equipa responsável pela implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001) nas empresas ALFERAL - Zincagem de precisão para peças automóveis e Lacagem de Metais e CIMA S.A.- Centro de Inspeção Mecânica em Automóveis. Desde 2004 é Quadro Superior da SEGMA – Serviços de Engenharia Gestão e Manutenção Lda, tendo exercido os seguintes cargos: Diretor Técnico desde 2006. Coordenador Núcleo de S. Miguel e St. Maria (2004 a 2006). Integra a Gerência da SEGMA desde 26 de março de 2008.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. Enquadramento

No horizonte de projeção 2018-2021, de acordo com a publicação mais recentes do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. Após um abrandamento em termos homólogos no primeiro semestre de 2018 devido ao comportamento do investimento e das exportações, o PIB deverá manter o perfil de desaceleração na segunda metade de 2018, em larga medida devido a uma nova desaceleração das exportações.

Após um crescimento muito dinâmico em 2017, o emprego deverá retomar uma evolução mais em linha com a sua relação histórica com a atividade, o que permitirá a continuação de uma trajetória descendente da taxa de desemprego, embora mais moderada do que nos anos recentes. Apesar da trajetória de desaceleração projetada para o emprego, este deverá permanecer o principal fator contributivo para o crescimento do PIB per capita em média no horizonte de projeção.

No ano de 2018, a economia regional deverá, à semelhança da nacional, ter tido uma evolução positiva, a avaliar pela média anual do Índice de Atividade Económica (2,2%), refletindo a criação líquida de emprego e o desempenho de outros indicadores como o número de edifícios licenciados, o consumo de energia e as dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

Indicadores Económicos	Variações homólogas		
	Últimos 3 meses (Açores)	Últimos 12 meses (Açores)	Últimos 12 meses (país)
População Empregada	3,7%	0,5%	2,3%
Taxa Desemprego	8,5%	8,6%	7,0%
Energia elétrica	0,1%	1,3%	2,5%
Índice Atividade Económica	1,8%	2,2%	2,3%
Inflação taxa homóloga	0,0%	0,0%	0,7%
Edifícios licenciados	8,1%	19,1%	17,1%
Venda de cimento	-8,0%	-5,8%	4,3%
Venda automóveis ligei.	-3,1%	8,4%	2,8%
Dormidas estab. Hoteleiros	13,1%	7,8%	0,0%

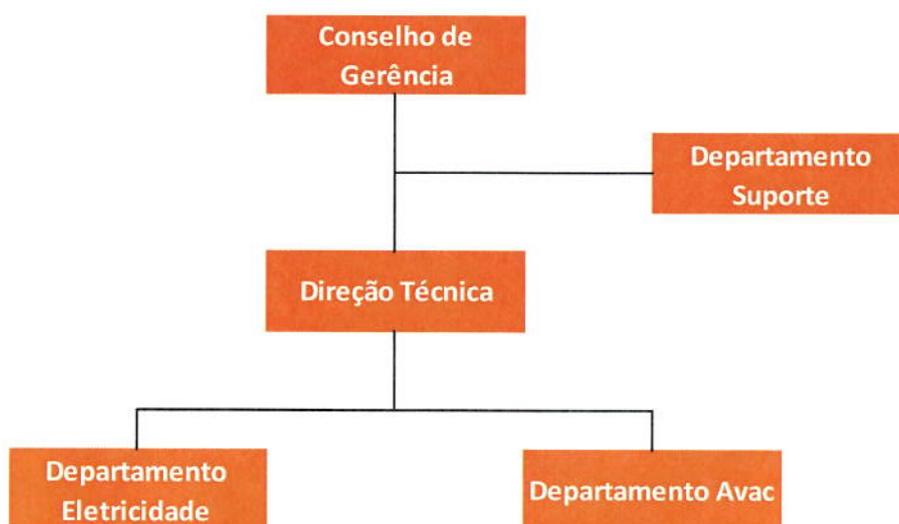
Fonte: Serviço Regional de Estatística

2.2. Organização

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

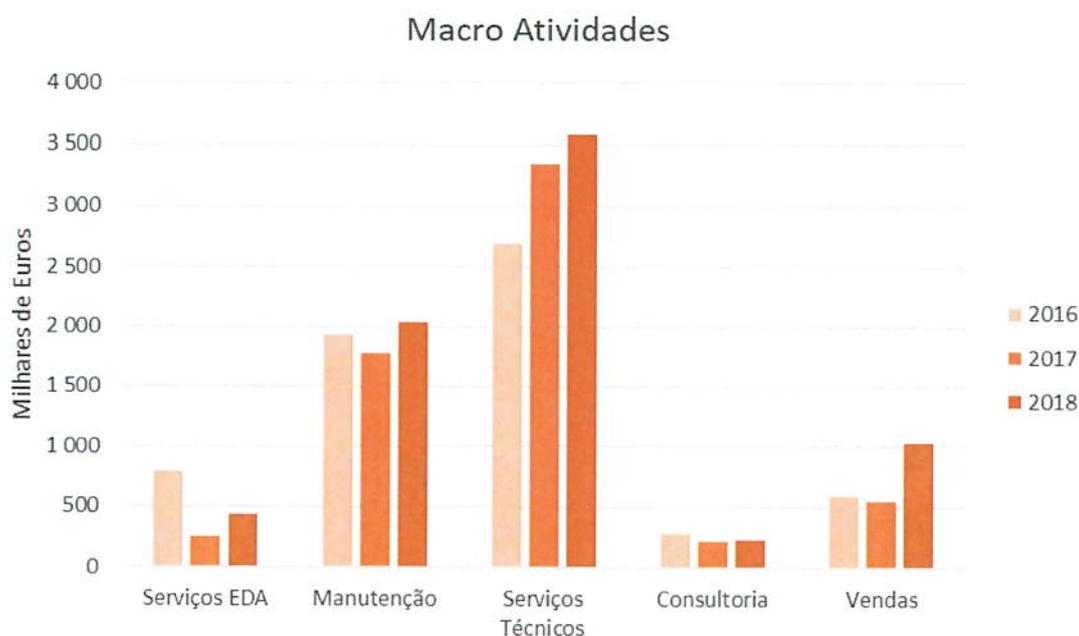
Durante 2018 a SEGMA reorganizou-se substituindo os núcleos geográficos por departamentos. A atual direção técnica subdivide-se em dois departamentos, AVAC e Eletricidade. Estes departamentos têm como áreas de Negócio (i) Serviços EDA; (ii) Manutenção; (iii) Serviços Técnicos; (iv) Consultoria e (v) Vendas.

A organização da SEGMA, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz, ao qual vamos dar continuidade.



2.3. Macro Atividades

Em 2018 o Volume de negócios atingiu os 7,3 milhões de euros, mais 19% do que no ano anterior, com todas as macro atividade a registarem crescimento. As expetativas para o volume de negócios de 2018 foram superadas em 25%.



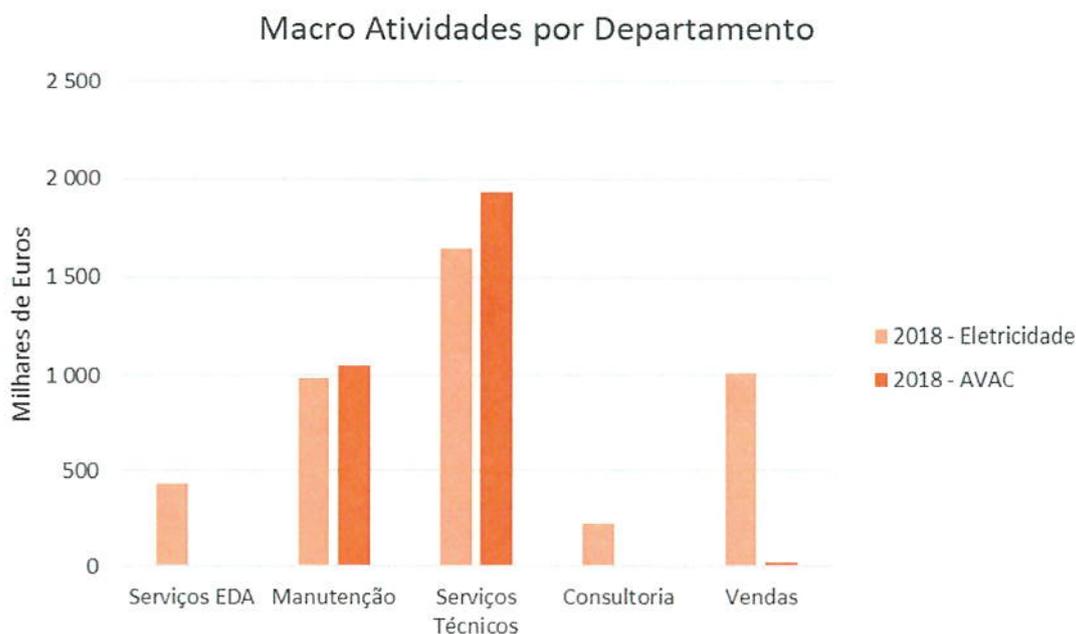
O crescimento das vendas foi de 87%, contando particularmente com o impulso do contrato de fornecimento de luminárias LED à EDA, S.A. Os serviços EDA apresentam um valor que ultrapassa em 169 mil euros as previsões para o ano de 2018, que apontavam para um valor idêntico ao verificado em 2017.

Em 2018 verificou-se na atividade de manutenção um aumento de 15%, o qual está relacionado com o crescimento, da manutenção integral de edifícios, manutenção de postos de transformação, instalações AVAC e intervenções em parques eólicos. O crescimento nos serviços técnicos foi de 7% (227 mil euros).

(euro)

Volume Negócios	Núcleos		
	Eletricidade	AVAC	Total Geral
Serviços EDA	438 378	0	438 378
Manutenção	984 593	1 054 947	2 039 540
Serviços Técnicos	1 651 853	1 931 234	3 583 087
Consultoria	227 286	11 290	238 576
Vendas	1 013 744	20 777	1 034 521
Total Geral	4 315 854	3 018 248	7 334 102

A Consultoria é a macro atividade que apresenta menor valor de negócio em 2018. No departamento de eletricidade, esta atividade apresenta a quase totalidade do seu valor, o crescimento em 2018 foi de 6%.



No departamento de eletricidade o volume de negócios está mais repartido, contudo os serviços técnicos é nitidamente a macro atividade com maior valor.

No departamento AVAC o volume de negócios apresenta maior concentração na manutenção e serviços técnicos, enquanto que a consultoria e vendas revelam menor peso.

2.4. Recursos Humanos

No final de 2018 a equipa da SEGMA integrava 52 trabalhadores, dos quais 30 pertenciam ao quadro permanente e 22 estavam com contrato a termo. Esta equipa integra trabalhadores em permanência nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico e Faial.

Recursos Humanos	2015	2016	2017	2018	Varição 18/17
Colaboradores	53	55	48	52	8%
Gasto c/Pessoal/nº colaboradores	24 328 €	24 630 €	22 712 €	24 880 €	10%
Volume Negócios/nº colaboradores	118 856 €	114 632 €	128 484 €	141 040 €	10%

O aumento no número de trabalhadores deveu-se sobretudo, à evolução do negócio com a criação de necessidades, como o contrato de manutenção do Aeroporto de Santa Maria.

A aceleração do volume de negócios apesar do crescimento do número de colaboradores resultou numa subida do valor médio do volume de negócios por colaborador. No exercício o gasto médio por colaborador

cresceu 10%, o que está relacionado com a implementação do acordo de empresa e consequentes ajustamentos nas carreiras.

Os quadros superiores representam cerca de 25%, sendo um valor altamente positivo e revelador da potencialidade da empresa. O Capital Humano da SEGMA é uma vantagem competitiva no mercado regional e traduz-se na capacidade de oferta de soluções multidisciplinares de elevada complexidade.

2.5. Situação Económica e Financeira

2.6. Situação económica

Os resultados da SEGMA no ano 2018 apresentam um decréscimo de 17% relativamente ao ano de 2017.

Resultados	(euro)					
	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 18/17
Cash Flow Operacional (EBT)	1 137 555	1 168 243	1 269 154	1 022 197	871 012	-151 185 -15%
Resultados Operacionais (EE)	1 086 914	1 072 926	1 177 990	922 234	764 812	-157 422 -17%
Resultados Financeiros	9 390	33 504	15 122	9 818	8 605	-1 214 -12%
Resultado antes impostos	1 096 304	1 106 430	1 193 111	932 052	773 416	-158 636 -17%
Imp. sobre o rendimento	222 245	205 990	208 851	174 218	144 162	-30 056 -17%
Res. líquido do exercício	874 061	900 440	984 261	757 834	629 255	-128 579 -17%

O resultado líquido do exercício de 2018 foi de 629.255 euros, o que traduz uma diminuição de 17% face ao apurado em 2017. Existiu uma diminuição da rentabilidade líquida da empresa, apesar do resultado alcançado superar as estimativas para o ano de 2018.

Os resultados financeiros apresentam um decréscimo de 12% relativamente ao ano anterior, o que resulta da diminuição da taxa de juro média para 0,18%.

2.7. Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos e ganhos totais apresentam um acréscimo de 20%, explicado sobretudo pelo incremento do volume de negócios. No quadro seguinte apresentam-se os valores dos rendimentos nos últimos quatro anos.

Rendimentos e Ganhos	(euro)					
	2015	2016	2017	2018	Varição 18/17	
Vendas e Prestações Serviços	6 299 352	6 304 770	6 167 215	7 334 102	1 166 887	19%
Subsídios à exploração		18 758	6 025	0	-6 025	-100%
Outros Rendimentos e Ganhos	35 163	21 412	30 421	81 079	50 658	170%
Reversões de imparidades	3 489	165 272	67 021	92 382	25 361	38%
Rendimentos e Ganhos Op.	6 338 004	6 510 212	6 270 683	7 507 564	1 236 881	20%
Rend. e ganhos financeiros	33 519	15 122	9 818	8 605	-1 214	-12%
Total	6 371 523	6 525 334	6 280 501	7 516 168	1 235 667	20%

2.8. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas totais em 2018 ascendem a 6.742.752 euros. O crescimento de 26% verificado comparativamente com o período homólogo ficou a dever-se ao nível dos gastos com fornecimentos e serviços externos, com mercadorias vendidas e consumidas e gastos com pessoal.

Gastos e Perdas	(euro)					
	2015	2016	2017	2018	Variação 18/17	
CMVMC	307 088	508 557	461 734	1 010 249	548 515	119%
Forn. e serviços externos	3 432 772	3 302 471	3 560 774	4 212 503	651 728	18%
Gastos com pessoal	1 289 404	1 354 654	1 090 181	1 293 770	203 589	19%
Imparidades	171 505	67 852	126 738	113 621	-13 117	-10%
Outros gastos operacionais	5 135	7 523	9 058	6 409	-2 650	-29%
Depreciações e Amortizações	95 316	91 165	99 963	106 201	6 238	6%
Gastos Operacionais	5 301 219	5 332 223	5 348 449	6 742 752	1 394 303	26%
Custos e perdas financeiros	15	0	0	0	0	0%
Total	5 301 234	5 332 223	5 348 449	6 742 752	1 394 303	26%

Na estrutura de gastos da SEGMA, assume particular relevo a rubrica fornecimentos e serviços externos, com um peso de 58% relativamente às prestações de serviços. Relativamente a esta rubrica, verificou-se um crescimento de 18%, explicado sobretudo pelo aumento de 559 mil euros nos subcontratos de materiais e serviços.

Forn. e Serv Externos	(euro)					
	2015	2016	2017	2018	Variação 18/17	
Subcontratos materiais	2 003 302	1 860 875	2 092 807	2 430 969	338 162	16%
Subcontratos Serviços	955 796	966 943	851 472	1 072 725	221 253	26%
Honorários	31 182	50 871	122 349	167 190	44 842	37%
Outros	442 491	423 781	494 146	541 618	47 472	10%
Total	3 432 772	3 302 471	3 560 774	4 212 503	651 728	18%

Os gastos com subcontratos de serviços subiram 221 mil euros, enquanto os gastos com honorários e outros fornecimentos de serviços externos cresceram 44 mil euros e 47 mil euros, respetivamente.

Os gastos com mercadorias vendidas e consumidas aumentaram 199% face a 2018, reflexo do crescimento das vendas de material elétrico. Os fornecimentos e serviços externos atingiram os 4.212.502 euros, mais 18% que em 2017.

Os gastos com transportes de mercadorias cresceram 20% relativamente a 2017, com um valor de 103.845€.

Os gastos com pessoal registaram um incremento de 19% comparativamente ao ano de 2017, o que resulta sobretudo do aumento de número de trabalhadores e da aplicação do Acordo de Empresa. Estes gastos representam 18% (18% em 2017) do volume de negócios.

Nos gastos com ajudas de custo, comunicações, frota automóvel e deslocações e estadas, verificou-se uma diminuição de 7% relativamente ao ano de 2017. Estes gastos representam 3% (4% em 2017) do volume de negócios.

(euro)

	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 18/17	
Ajudas de Custo	66 069	88 746	88 745	76 099	55 902	-20 197	-26,5%
Comunicações	10 729	11 710	8 248	10 369	7 406	-2 963	-28,6%
Frota automovel	42 616	46 418	49 392	61 113	58 429	-2 684	-4,4%
Deslocações e Estadas	101 661	140 753	84 035	98 758	106 752	7 994	8,1%
Total Geral	221 074	287 628	230 421	246 339	228 489	-17 850	-7,2%

A análise comparativa dos gastos operacionais relativamente ao ano anterior e ao plano, deve considerar que as oportunidades do mercado definem o nível de atividade da empresa e consequentemente os recursos necessários para a estas corresponder. Deve ainda ser considerada a tipologia dos projetos executados bem como a sua exigência em recursos internos e externos à empresa.

(euro)

Gastos operacionais	2017	2018	2018	Variação 18/17	Variação 18 Ex./Prev.		
		Previsto	Executado				
CMVMC	461 734	227 813	1 010 249	548 515	118,8%	782 436	343%
Forn. e serviços externos	3 560 774	3 627 285	4 212 503	651 728	18,3%	585 218	16%
Gastos com pessoal	1 090 181	1 313 613	1 293 770	203 589	18,7%	-19 843	-2%
Imparidades	126 738	82 510	21 238	-105 500	-83,2%	-61 272	-74%
Outros gastos operacio.	9 058	5 554	6 409	-2 650	-29,2%	855	15%
Depreciações e Amortizaçõ	99 963	121 960	106 201	6 238	6,2%	-15 760	-13%
Total	5 348 449	5 378 735	6 650 369	1 301 921	24,4%	1 271 634	23,6%

2.9. Indicadores Económicos

Os indicadores económicos, constantes do quadro seguinte, demonstram a estabilidade da rentabilidade da empresa nos últimos quatro anos.

Indicadores Económicos	2015	2016	2017	2018
Rendibilidade do Ativo Total	11%	11%	8%	7%
ROE	13%	13%	10%	8%
Rendibilidade da Prest. Serviços	14%	16%	12%	9%
Cash-Flow (euros)	995 756	1 075 425	857 797	735 455

A diminuição nos indicadores de rentabilidade em 2018, é consequência do comportamento dos gastos com fornecimentos externos e gastos com pessoal.

2.10. Situação Financeira

Os balanços dos últimos quatro anos, que se apresentam seguidamente, espelham a situação patrimonial da SEGMA, pondo em evidência a estabilidade da sua estrutura financeira, com um ativo total de 9,5 milhões de euros.

Balanço	2014	2015	2016	2017	2018	(euro) Variação 18/17	
Ativo							
Ativo Não Corrente	319 447	1 550 354	1 490 845	1 493 984	1 595 992	102 008	7%
Ativo Corrente	6 981 133	6 806 227	7 607 408	7 635 091	7 878 857	243 766	3%
Total	7 300 580	8 356 581	9 098 253	9 129 075	9 474 849	345 773	4%
Passivo							
Capital próprio	5 869 676	6 766 523	7 295 993	7 565 743	7 811 970	246 227	3%
Passivo							
Passivo Não Corrente	2 985	2 059	1 597	2 864	1 826	-1 039	-36%
Passivo Corrente	1 427 919	1 587 999	1 800 663	1 560 468	1 661 053	100 585	6%
Total	7 300 580	8 356 581	9 098 253	9 129 075	9 474 849	345 773	4%

O aumento do Ativo em 2018 ficou a dever-se sobretudo ao incremento do ativo corrente por via de clientes. O ativo não corrente também registou um crescimento referente ao investimento em ativos intangíveis. No que diz respeito ao passivo corrente, verifica-se um acréscimo de 6%, com o aumento de fornecedores. O capital próprio atingiu o valor de 7.794.418 euros, mais 3% do que em 2017 por via dos resultados transitados.

2.11. Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros presentes no quadro seguinte, transmitem uma estrutura financeira sólida.

Indicadores Financeiros	2015	2016	2017	2018
Debt to equity	0,23	0,25	0,21	0,21
Liquidez Geral	427%	422%	489%	474%
Solvabilidade	426%	422%	484%	470%
Autonomia Financeira	81%	80%	83%	82%

O indicador de solvabilidade evidencia, igualmente, valores elevados, mostrando a capacidade da empresa de solver os seus compromissos de médio longo prazo.

No ano de 2018, a atividade da SEGMA continuou, tal como nos anos anteriores, a ser financiada maioritariamente por capitais próprios, como demonstra o rácio de autonomia financeira.

2.12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 não existiam dívidas ao Estado nem à Segurança Social.

2.13. Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral da empresa. Os valores remuneratórios brutos dos Órgãos Sociais no ano de 2018 corresponderam a:

Conselho de Gerência	
Gerente	- €
Gerente	- €
Gerente	60 982,85 €
TOTAIS	60 982,85 €

2.14. Indicação do número de reuniões do órgão de gestão

Durante o ano de 2018 o Conselho de Gerência realizou 10 (dez) reuniões. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia da SEGMA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa, a aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2017, bem como da Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2019.

2.15. Quotas próprias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a empresa não deteve nem transacionou quotas próprias.

2.16. Negócios entre a sociedade e os seus gerentes

Não existiu qualquer transação entre a sociedade e os seus gerentes.

2.17. Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

2.18. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existe situação, entre a data de encerramento e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

3. PERSPETIVAS PARA 2019

A SEGMA continuará a manter um papel ativo no mercado regional, trabalhando para preservar os seus clientes, estabelecendo parcerias sólidas para abordagem de projetos de média e grande dimensão. Sem nunca abandonar as áreas de mercado mais tradicionais, iremos focar-nos no futuro. A SEGMA é uma empresa que lida de perto com a fronteira tecnológica, e sermos capazes de questionar e melhorar constantemente as nossas soluções tem de continuar a fazer parte do nosso ADN. Em 2019, iremos rever a nossa organização para fomentar a inovação e inteligência competitiva, e lançaremos iniciativas de inovação em processos.

Vivemos uma nova era energética, e também uma nova era na mobilidade, em que a SEGMA deve ser parte ativa e impulsionadora dentro da Região. A anunciada revolução energética deixa-nos confiantes relativamente ao futuro, pelas oportunidades que irá gerar. Estas alterações de paradigma representam oportunidades para SEGMA, mas também nos exigem atenção e antecipação das tendências de mercado.

Apesar das expectativas de crescimento económico das entidades governamentais nacionais e europeias, perspetivamos que a atividade da SEGMA se volte a balizar nos valores de volume de negócios obtidos entre 2016 e 2017.

Neste contexto a SEGMA terá de ajustar a sua estratégia, promovendo uma maior eficiência na sua atividade, através da otimização de alguns processos, melhorias das infraestruturas e recursos disponíveis. O incremento da produtividade é um objetivo não só de 2019 mas sobretudo vital para o sucesso da empresa nos próximos anos.

As prioridades de gestão, para o ano de 2019, são as seguintes:

- Formação Motivacional;
- Formação Técnica;
- Investimento em equipamento de transporte e outros recursos tangíveis;
- Infraestruturas físicas que permitam melhoria de processos logísticos e ganhos de eficiência;
- Implementação de software para adicionar mobilidade à solução SAP de gestão de manutenção;
- Melhoria de processos ambientais implementação de SGA (ISO 14001);
- Implementação de um sistema de gestão da Segurança (OHSAS 18001);
- Incremento da prestação de serviços de Consultoria.

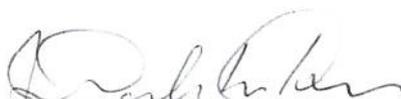
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Gerência propõe que os resultados do exercício de 2018, no valor de € 629.254,82 (seiscentos e vinte e nove mil duzentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

Dividendos	315.000,00 €
Resultados Transitados	314.254,82 €

Ponta Delgada, 15 de abril de 2019

A GERÊNCIA



João Carlos Santos Correia



Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel



Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO

5.	DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANEXO.....	18
5.1.	BALANÇO.....	20
5.2.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	21
5.3.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	22
5.4.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	23
5.5.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
1.	INTRODUÇÃO.....	24
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
2.1.	BASE DE PREPARAÇÃO	25
2.2.	DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC.....	25
2.3.	COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	25
3.1.	CONVERSÃO CAMBIAL.....	26
3.2.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	26
3.3.	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	27
3.4.	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	27
3.5.	IMPARIDADES DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS	28
3.6.	ATIVOS FINANCEIROS.....	28
3.7.	INVENTÁRIOS.....	29
3.8.	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	29
3.9.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30
3.10.	CAPITAL.....	30
3.11.	PASSIVOS FINANCEIROS	30
3.12.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	31
3.13.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	31
3.14.	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	32
3.15.	PROVISÕES	32
3.16.	SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO.....	33
3.17.	LOCAÇÕES.....	33
3.18.	GASTOS E RENDIMENTOS	33
3.19.	RÉDITO	34
3.20.	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	34
3.21.	COMPENSAÇÃO DE SALDOS E TRANSAÇÕES.....	34
3.22.	MATÉRIAS AMBIENTAIS	34
3.23.	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS.....	34
3.23.1.	<i>Provisões</i>	35
3.23.2.	<i>Rédito</i>	35
3.23.3.	<i>Imparidade</i>	35
3.24.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO.....	35
4.	FLUXOS DE CAIXA.....	36
4.1.	CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.....	36
4.2.	DETALHE DA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	36

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	36
5.1. ALTERAÇÕES ÀS NORMAS	36
5.2. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	36
5.3. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS	36
5.4. ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES.....	36
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	37
7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	38
8. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	39
9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	39
10. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	39
11. INVENTÁRIOS.....	40
12. CLIENTES.....	40
13. SÓCIOS.....	42
14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	42
15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	42
16. DIFERIMENTOS.....	43
17. CAPITAL SUBSCRITO	44
18. RESERVA LEGAL E RESULTADOS ACUMULADOS	44
19. FORNECEDORES.....	45
20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	45
21. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	46
22. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	46
23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	47
24. GASTOS COM PESSOAL	47
25. OUTROS RENDIMENTOS.....	48
26. OUTROS GASTOS	48
27. RENDIMENTOS FINANCEIROS	49
28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	49
29. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS	50
30. CONTINGÊNCIAS.....	51
31. MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	52
32. PARTES RELACIONADAS.....	52
32.1. REMUNERAÇÃO DA GERÊNCIA.....	52
32.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	52
33. DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	55
34. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	56

5.1. Balanço

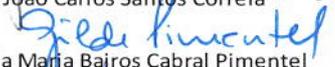
	Nota	31 de dezembro	
		2018	2017
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	96 795	116 388
Propriedades de investimento	7	1 255 234	1 299 499
Ativos intangíveis	8	94 802	-
Clientes	12	75 931	36 361
Outros investimentos financeiros	9	60 005	60 005
Ativos por impostos diferidos	10	13 224	18 092
		1 595 992	1 530 345
Corrente			
Inventários	11	66 476	-
Clientes	12	2 839 252	2 509 129
Estado e outros entes públicos	14	22 326	-
Sócios	13	3 900 000	4 500 000
Outros créditos a receber	15	535 054	167 030
Diferimentos	16	209 402	69 801
Caixa e depósitos bancários	4	306 346	352 770
		7 878 857	7 598 730
Total do ativo		9 474 849	9 129 075
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	17	200 000	200 000
Reservas legais	18	46 000	46 000
Resultados transitados	18	6 929 635	6 550 801
Outras variações no capital próprio	18	7 080	11 108
Resultado líquido do período	18	629 255	757 834
Total do capital próprio		7 811 970	7 565 743
Passivo			
Não corrente			
Outras dívidas a pagar	20	1 826	2 864
		1 826	2 864
Corrente			
Fornecedores	19	1 032 167	786 663
Estado e outros entes públicos	14	34 222	135 927
Outras dívidas a pagar	20	288 922	243 174
Diferimentos	16	305 741	394 704
		1 661 053	1 560 468
Total do passivo		1 662 879	1 563 332
Total do capital próprio e do passivo		9 474 849	9 129 075

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

 João Carlos Santos Correia

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

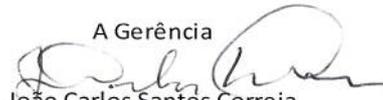
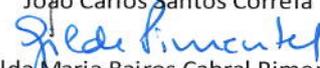
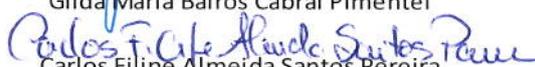
5.2. Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Período	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	21	7 334 102	6 167 215
Subsídios à exploração	24	-	6 025
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(1 010 249)	(461 734)
Fornecimentos e serviços externos	23	(4 212 503)	(3 560 774)
Gastos com o pessoal	24	(1 293 770)	(1 090 181)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(21 238)	(59 717)
Outros rendimentos	25	81 079	30 421
Outros gastos	26	(6 409)	(9 058)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		871 012	1 022 197
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6,7 e 8	(106 201)	(99 963)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		764 812	922 234
Juros e rendimentos similares obtidos	27	8 605	9 818
Resultado antes de impostos		773 416	932 052
Imposto sobre o rendimento do período	28	(144 162)	(174 218)
Resultado líquido do período		629 255	757 834

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

 João Carlos Santos Correia

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

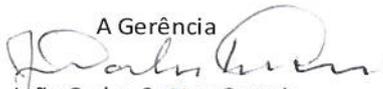
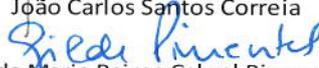
5.3. Demonstração das alterações no capital próprio

	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2017	200 000	46 000	6 059 540	6 192	984 261	7 295 993
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	984 261	4 916	(984 261)	4 916
	-	-	984 261	4 916	(984 261)	4 916
Resultado líquido do período					757 834	757 834
Resultado integral					757 834	757 834
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições	-	-	(493 000)	-	-	(493 000)
	-	-	(493 000)	-	-	(493 000)
A 31 de dezembro de 2017	200 000	46 000	6 550 801	11 108	757 834	7 565 743
A 1 de janeiro de 2018	200 000	46 000	6 550 801	11 108	757 834	7 565 743
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	757 834	4 028	(757 834)	4 028
	-	-	757 834	4 028	(757 834)	4 028
Resultado líquido do período					629 255	629 255
Resultado integral					629 255	629 255
Operações com detentores de capital no período						
Distribuições	-	-	(379 000)	-	-	(379 000)
	-	-	(379 000)	-	-	(379 000)
A 31 de dezembro de 2018	200 000	46 000	6 929 635	7 080	629 255	7 811 970

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

 João Carlos Santos Correia

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

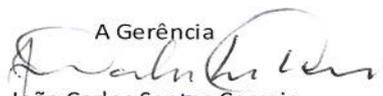
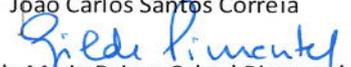
5.4. Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31 de dezembro	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		7 403 450	7 564 881
Pagamentos a fornecedores		(6 177 396)	(4 844 273)
Pagamentos ao pessoal		(1 193 654)	(1 056 505)
Caixa gerada pelas operações		32 400	1 664 103
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(156 470)	(189 135)
Outros recebimentos/ pagamentos		(116 248)	(206 680)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(240 318)	1 268 288
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(31 481)	(137 878)
Ativos fixos intangíveis		(25 441)	-
Financiamentos concedidos	12	(20 250 000)	(27 690 000)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos		20 850 000	27 290 000
Subsídios ao investimento		-	11 250
Juros e rendimentos similares		14 728	17 046
Dividendos		15 089	11 317
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		572 894	(498 266)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(379 000)	(493 000)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(379 000)	(493 000)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	352 770	75 749
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	306 346	352 770
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		144	129
Depósitos bancários		306 202	352 641
		306 346	352 770

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

 João Carlos Santos Correia

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

 Carlos Filipe Almeida Santos Pereira

5.5. Anexo às demonstrações financeiras

1. INTRODUÇÃO

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., (referida neste documento como “SEGMA” ou “Empresa”) foi constituída em 6 de março de 1998 e tem como objeto a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais, bem como atividades complementares com aquelas.

A SEGMA pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 90% pela Eletricidade dos Açores, S.A. e em 10% pela EDA Renováveis, S.A..

A SEGMA atua nas seguintes áreas de negócio:

- i) Consultoria, projeto, fornecimento, montagem, fiscalização, manutenção e operação de instalações elétricas (BT/MT), telecomunicações, eletromecânica e mecânica, AVAC, grupos geradores, UPS, Equipamentos de energias renováveis;
- ii) Certificação energética de edifícios e auditorias energéticas; e
- iii) Gestão e manutenção de unidades industriais e edifícios.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência, em 15 de abril de 2019. É opinião da Gerência que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SEGMA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela SEGMA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Gerência procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Gerência concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo

que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da SEGMA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam saldos em moeda estrangeira para os quais fosse necessário efetuar a conversão.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:



	<u>Anos</u>
Equipamento básico	8 anos
Equipamento de transporte	Entre 2 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 16 anos



As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados, rubrica de "Outros gastos" ou "Outros rendimentos".

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A SEGMA reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.



A SEGMA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A SEGMA não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.5. Imparidades de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Gerência determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

A SEGMA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa

variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A SEGMA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A SEGMA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SEGMA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a mercadorias para venda imediata a clientes.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de

cada período. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registradas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registradas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir. O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às quotas ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Gerência determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

A SEGMA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a SEGMA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

A SEGMA tem atribuído aos seus empregados planos de contribuição definida, nos quais assume unicamente a responsabilidade de efetuar uma contribuição, correspondente a uma % sobre o salário pago aos empregados aderentes, com a possibilidade de uma contribuição adicional a título de incentivo, se o empregado também contribuir e tiver boas avaliações de desempenho.

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pelo BPI pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- (a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;
- (b) contribuição voluntária do empregado que a SEGMA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a SEGMA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SEGMA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A SEGMA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à SEGMA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a SEGMA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a SEGMA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a SEGMA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da atividade da SEGMA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a SEGMA; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela SEGMA resulta da prestação de serviços de elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais, bem como atividades complementares com aquelas.

3.20. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros aos sócios da SEGMA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que a distribuição de lucros é aprovada pelos seus sócios.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a SEGMA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da SEGMA e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SEGMA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. PROVISÕES

A SEGMA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.23.2. RÉDITO

O reconhecimento do rédito quando associado à execução de atividades específicas exige uma contínua avaliação das estimativas dos gastos que devem ser reconhecidas com referência à data do serviço prestado.

3.23.3. IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SEGMA, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Gerência no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A SEGMA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	144	129
Depósitos bancários	<u>306 202</u>	<u>352 641</u>
	<u>306 346</u>	<u>352 770</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela SEGMA, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

A SEGMA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos tangíveis</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2018					
Custo de aquisição	59 128	306 884	46 178	218 847	631 037
Depreciações acumuladas	(57 660)	(217 728)	(44 560)	(194 700)	(514 648)
Valor líquido	1 468	89 156	1 618	24 146	116 388
Movimento de 2018					
Adições	8 588	6 511	18 625	-	33 724
Transferências e abates	(1 468)	-	1 468	-	-
Depreciação - período	(626)	(31 939)	(12 531)	(8 220)	(53 317)
	7 962	63 728	9 179	15 926	96 796
31 de dezembro de 2018					
Custo de aquisição	66 248	313 395	66 271	218 847	664 761
Depreciações acumuladas	(58 286)	(249 667)	(57 091)	(202 920)	(567 965)
Valor líquido	7 962	63 728	9 179	15 926	96 796

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos tangíveis</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2017					
Custo de aquisição	59 128	231 812	37 550	207 457	535 947
Depreciações acumuladas	(55 258)	(185 675)	(34 396)	(183 622)	(458 950)
Valor líquido	3 871	46 137	3 154	23 835	76 996
Movimento de 2017					
Adições	-	75 073	8 627	11 390	95 090
Depreciação - período	(2 403)	(32 053)	(10 164)	(11 078)	(55 698)
	1 468	89 156	1 618	24 146	116 388
31 de dezembro de 2017					
Custo de aquisição	59 128	306 884	46 178	218 847	631 037
Depreciações acumuladas	(57 660)	(217 728)	(44 560)	(194 700)	(514 648)
Valor líquido	1 468	89 156	1 618	24 146	116 388

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	1 432 294	1 432 294
Depreciações acumuladas	<u>(132 795)</u>	<u>(88 530)</u>
Valor líquido	<u>1 299 499</u>	<u>1 343 764</u>
Depreciações - Período	<u>(44 265)</u>	<u>(44 265)</u>
	<u>(44 265)</u>	<u>(44 265)</u>
A 31 de dezembro		
Valor bruto	1 432 294	1 432 294
Depreciações acumuladas	<u>(177 060)</u>	<u>(132 795)</u>
Valor líquido	<u>1 255 234</u>	<u>1 299 499</u>

Em 2015, foi apresentado à Região Autónoma dos Açores uma minuta de contrato de arrendamento das instalações da estação geodésica relacionada com o projeto Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE) pelo prazo de trinta anos contados a partir de 1 de janeiro de 2018, com uma renda inicial de 45.000 euros, que poderá ser atualizada com base na variação média anual do índice de preços. Estando ainda previsto o exercício da opção de compra das instalações pelo valor a atribuir ao imóvel corrigido das rendas entretanto pagas e dos juros vencidos decorridos calculados à taxa anual Euribor de 12 meses acrescida de uma margem de segurança de 2,5%. A formalização do contrato de arrendamento e o respetivo pagamento da renda do primeiro ano está previsto ocorrer durante o 1º semestre de 2019 (Nota 15).

Todos os encargos e despesas decorrentes da utilização das instalações têm sido suportados pelos utilizadores do imóvel.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis registados pela SEGMA referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	6 811	6 811
Amortizações acumuladas	<u>(6 811)</u>	<u>(6 811)</u>
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	103 420	-
Amortização - período	<u>(8 618)</u>	<u>-</u>
Valor líquido	<u>94 802</u>	<u>-</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	110 231	6 811
Amortizações acumuladas	<u>(15 429)</u>	<u>(6 811)</u>
Valor líquido	<u>94 802</u>	<u>-</u>

Em 2018, foi adquirida uma plataforma de gestão da operação de manutenção e mobilidade.

9. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

	<u>% detida</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
EDA Renováveis, S.A.	0,32	60 000	60 000
ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.	0,001	5	5
		<u>60 005</u>	<u>60 005</u>
Imparidade de outros investimentos		-	-
Valor líquido		<u>60 005</u>	<u>60 005</u>

10. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(4 867)	8 012
	<u>(4 867)</u>	<u>8 012</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente, para os períodos apresentados resume-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro	18 092	10 079
Constituição por resultados	13 224	18 092
Reversão por resultados	(18 092)	(10 079)
Movimento do período	(4 867)	8 012
A 31 de dezembro	13 224	18 092

11. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Equipamentos de segurança	6 351	-
Material diverso	60 125	-
	<u>66 476</u>	<u>-</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2018 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 1.010.249 euros (2017: 461.734 euros - Nota 22).

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Clientes - grupo i)	847 443		847 443	640 697	-	640 697
Clientes - outros ii)	2 213 618	75 931	2 289 550	2 069 002	36 361	2 105 363
	<u>3 061 061</u>	<u>75 931</u>	<u>3 136 993</u>	<u>2 709 699</u>	<u>36 361</u>	<u>2 746 060</u>
Imparidade de clientes	(221 809)	-	(221 809)	(200 571)	-	(200 571)
	<u>2 839 252</u>	<u>75 931</u>	<u>2 915 184</u>	<u>2 509 129</u>	<u>36 361</u>	<u>2 545 489</u>

i) Clientes – grupo: compreende as dívidas dos sócios EDA (652.551 euros) e EDA Renováveis (179.692 euros) que dizem respeito a fornecimentos e montagens de diversos equipamentos e à manutenção e conservação dos Parques eólicos, respetivamente.

ii) Clientes – outros: referem-se essencialmente aos clientes privados, bem como diversas entidades governamentais nacionais e regionais e autarquias locais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de clientes estavam assim classificados no balanço:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Corrente	2 839 252	2 509 129
Não corrente	<u>75 931</u>	<u>36 361</u>
A 31 de dezembro	<u>2 915 184</u>	<u>2 545 489</u>

O saldo não corrente é justificado por garantias prestadas a clientes, referentes a prestações de serviços efetuadas pela SEGMA.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2018 apresentam a seguinte antiguidade:

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 120 dias</u>	<u>De 121 a 180 dias</u>	<u>De 181 a 360 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Grupo	811 356	9 178	8 889	18 019	-	847 443
Outros	<u>1 455 998</u>	<u>30 126</u>	<u>341 285</u>	<u>181 711</u>	<u>204 499</u>	<u>2 213 618</u>
	<u>2 267 354</u>	<u>39 304</u>	<u>350 175</u>	<u>199 730</u>	<u>204 499</u>	<u>3 061 061</u>

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm o seguinte movimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro	200 571	140 854
Aumentos	113 621	126 738
Reversão do ano	<u>(92 382)</u>	<u>(67 021)</u>
	<u>21 238</u>	<u>59 717</u>
A 31 de dezembro	<u>221 809</u>	<u>200 571</u>

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
de 6 a 12 meses	65 094	98 121
de 12 a 18 meses	36 987	29 133
de 18 a 24 meses	2 978	378
superior a 24 meses	<u>116 750</u>	<u>72 939</u>
	<u>221 809</u>	<u>200 571</u>

13. SÓCIOS

Nos termos da política financeira traçada pelo sócio EDA no que concerne à cedência de fundos a serem efetuados sempre que existam excedentes de tesouraria, o saldo no montante de 3.900.000 euros e 4.500.000 euros corresponde ao valor cedido respetivamente em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os quais vencem juros à taxa média anual de 0,18% (2017: 0,21%). Os juros debitados ao sócio a este respeito perfazem o montante de 7.558 euros (2017: 8.962 euros - Nota 27).

Esta cedência de fundos sem período de vencimento previsto está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de impostos a liquidar/a recuperar referem-se a:

	2018		2017	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	12 570	-	-	7 629
Imposto s/ rendimento - IRS	-	8 542	-	7 112
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	9 756	-	-	101 608
Contribuições p/ segurança social	-	25 680	-	19 577
	22 326	34 222	-	135 927

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2018	2017
Pagamentos por conta	(148 347)	(167 739)
Retenções na fonte	(4 529)	(6 862)
Estimativa de IRC	140 307	182 230
	(12 570)	7 629

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	2018			2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores						
Outros devedores	12 335	-	12 335	11 945	-	11 945
	12 335	-	12 335	11 945	-	11 945
Pessoal	589		589	3 002		3 002
Adiantamentos a fornecedores	426	-	426	209	-	209
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Prestações de serviços	476 704	-	476 704	151 874	-	151 874
Outros	45 000	-	45 000	-	-	-
	521 704	-	521 704	151 874	-	151 874
	535 054	-	535 054	167 030	-	167 030

Na rubrica de Outros devedores está registado o subsídio ao investimento atribuído e ainda não recebido referente a aquisições de equipamento ocorridas em anos anteriores, no montante de 3.392 euros (em 2017: 3.392 euros - Nota 18).

Os devedores por acréscimos de rendimentos registados referem-se essencialmente a serviços prestados relacionados com a atividade e ainda não faturados (476.704 euros)

Em Outros está reconhecido o valor de rendas a receber no âmbito do contrato de arrendamento das instalações da estação geodésica (Nota 7).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a SEGMA tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

Ativo	2018	2017
	Custos a diferir de serviços a prestar	207 574
Seguros	1 828	6 752
	209 402	69 801
Passivo	2018	2017
Serviços a concluir já faturados	305 741	394 578
Juros de acordos	-	126
	305 741	394 704

Os gastos a reconhecer no montante de 207.574 euros referem-se a materiais adquiridos que serão incorporados em serviços ainda não realizados.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir nos períodos seguintes.

17. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social da SEGMA encontrava-se totalmente subscrito e realizado sendo representado por quatro quotas.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2018 e 2017, por sócio, é como segue:

	<u>% detida</u>	<u>Capital Social</u>
Electricidade dos Açores, S.A.	90	180.000
EDA Renováveis, S.A.	10	20.000
	<u>100</u>	<u>200.000</u>

18. RESERVA LEGAL E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica registou os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>Reserva legal</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Outras variações no capital próprio</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2017	46 000	6 059 540	6 192	6 111 732
Aplicação do resultado do exercício	-	984 261	-	984 261
Distribuição	-	(493 000)	-	(493 000)
Atribuição de subsídios ao investimento	-	-	11 250	11 250
Amortização de subsídios ao investimento	-	-	(5 066)	(5 066)
Ajustamento do imposto sobre o rendimento do ano	-	-	(1 268)	(1 268)
31 de dezembro de 2017	46 000	6 550 801	11 108	6 607 909
Aplicação do resultado do exercício	-	757 834	-	757 834
Distribuição	-	(379 000)	-	(379 000)
Amortização de subsídios ao investimento	-	-	(5 066)	(5 066)
Ajustamento do imposto sobre o rendimento do ano	-	-	1 039	1 039
31 de dezembro de 2018	46 000	6 929 635	7 080	6 982 715

A Reserva legal só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

De acordo com a deliberação da Assembleia geral de 9 de abril de 2018, do resultado líquido do período de 2017 no montante de 757.834 euros, foram distribuídos lucros aos sócios no montante de 379.000 euros e a parte remanescente manteve-se em resultados transitados (378.834 euros).

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Os subsídios ao investimento são reconhecidos diretamente em capital próprio e transferidos para resultados na mesma proporção e ao mesmo ritmo que as amortizações dos ativos financiados (Nota 25).

O ajustamento emergente do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro está registado em Outras dívidas a pagar, no montante de 1.826 euros (2017: 2.864 euros).

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores - grupo	22 969	17 719
Fornecedores - terceiros	<u>1 009 198</u>	<u>768 944</u>
	<u>1 032 167</u>	<u>786 663</u>

O saldo a pagar aos fornecedores – grupo: referem-se a montantes em dívida à EDA, S.A. e dizem respeito ao contrato de outsourcing de sistemas de informação, venda de materiais e prestações de serviços pelas áreas administrativas.

O saldo a pagar aos fornecedores – terceiros: fornecimento de material a aplicar em obras sob a responsabilidade da SEGMA, bem como prestação de serviços na realização de diversas obras subcontratadas pela SEGMA.

20. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2018</u>			<u>2017</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Fornecedores						
Fornecedores de investimentos - grupo	12 146	-	12 146	-	-	-
Fornecedores de investimentos - outros	<u>28 198</u>	-	<u>28 198</u>	1 487	-	1 487
	40 344	-	40 344	1 487	-	1 487
Outros credores						
Credores diversos	7 126	-	7 126	6 552	-	6 552
Imposto sobre o rendimento a pagar no futuro	-	1 826	1 826	-	2 864	2 864
	<u>7 126</u>	<u>1 826</u>	<u>8 951</u>	<u>6 552</u>	<u>2 864</u>	<u>9 417</u>
Credores por acréscimos de gastos						
Férias e subsídio de férias	137 691	-	137 691	129 081	-	129 081
Prémio ao pessoal	11 788	-	11 788	-	-	-
Outros acréscimos de gastos (Fornecimentos e serviços externos)	<u>91 973</u>	-	<u>91 973</u>	106 054	-	106 054
	241 452	-	241 452	235 135	-	235 135
	<u>288 922</u>	<u>1 826</u>	<u>290 748</u>	<u>243 174</u>	<u>2 864</u>	<u>246 039</u>

O imposto associado ao efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento era de 1.826 euros em 31 de dezembro de 2018 (2017: 2.864 euros)

21. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e serviços prestados reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas		
Grupo	738 256	299 930
Outros	264 644	198 919
	<u>1 002 900</u>	<u>498 848</u>
Serviços prestados		
Grupo	1 395 391	1 973 029
Outros	4 935 811	3 695 338
	<u>6 331 202</u>	<u>5 668 367</u>
	<u>7 334 102</u>	<u>6 167 215</u>

A Empresa procedeu à contabilização das mercadorias que não estão englobadas em serviços prestados na rubrica de Vendas.

A rubrica Vendas compreende também 6.736 euros equivalente a 15.955 KWh de energia solar produzida e cedida ao sócio EDA (2017: 4.566 euros).

22. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas demonstra-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Inventários iniciais	-	-
Compras	1 076 737	461 734
Regularização de inventários	(11)	
Inventários finais	(66 476)	-
Custo das matérias consumidas	<u>1 010 249</u>	<u>461 734</u>

Como indicado na Nota 21, as mercadorias vendidas não incorporadas em serviços prestados são mostradas na rubrica de Vendas.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subcontratos	i)	3 503 694	2 944 279
Honorários	i)	167 190	122 349
Deslocações e estadas	ii)	106 752	98 758
Transporte de mercadorias		103 845	86 738
Trabalhos especializados		91 797	93 968
Ferramentas e utensílios		56 184	18 787
Combustíveis		35 276	31 570
Rendas e alugueres		34 960	20 006
Limpeza, higiene e conforto		32 749	33 894
Conservação e reparação		24 953	29 210
Formação profissional		14 008	12 056
Seguros		11 124	10 060
Comissões		7 942	7 167
Comunicações		7 494	10 369
Material de escritório		5 611	4 911
Outros (inferiores a 5.000 euros)		8 924	36 652
		<u>4 212 503</u>	<u>3 560 774</u>

i) As rubricas de Subcontratos e Honorários referem-se essencialmente à aquisição de materiais a incorporar em obras realizadas ou adjudicadas à SEGMA, bem como custos com mão-de-obra faturados por terceiros para a realização das mesmas;

ii) Deslocações e estadas: Deslocações e estadas de pessoal da SEGMA para realização de obras fora do seu local de trabalho.

24. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2018 e 2017 foram como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	60 983	59 265
Pessoal	956 550	801 452
	<u>1 017 533</u>	<u>860 717</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	221 346	187 085
Gastos de ação social	20 263	17 576
Prémios para benefícios de reforma	22 555	21 284
Outros	12 073	3 519
	<u>276 237</u>	<u>229 464</u>
	<u>1 293 770</u>	<u>1 090 181</u>

O número médio de empregados da Empresa em 2018 foi de 51 (em 2017: 47).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma representam as contribuições para planos de contribuição definida no montante de 22.555 euros (2017: 21.284 euros).

Em 2018, a SEGMA não beneficiou com contratos de apoio ao emprego (2017: 6.025 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.

25. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Dividendos recebidos da EDAR	15 089	11 317
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Nota 18)	5 066	5 066
Rendimentos suplementares	46 667	4 877
Indemnizações de pessoal	1 900	-
Outros	i) 12 357	9 161
	<u>81 079</u>	<u>30 421</u>

i) Rappel de fornecedores pelo atingimento de objetivos no valor de 12.356 euros (em 2017: 6.353 euros).

26. OUTROS GASTOS

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos	4 814	6 881
Outros	1 595	2 177
	<u>6 409</u>	<u>9 058</u>

27. RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos rendimentos financeiros dos períodos de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros e rendimentos similares		
Sócios (Nota 13)	7 558	8 962
Juros de acordos (Nota 16)	126	607
Outros rendimentos e ganhos financeiros	921	249
	<u>8 605</u>	<u>9 818</u>

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto s/ rendimento corrente	140 307	182 230
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(1 012)	-
Imposto s/ rendimento diferido	4 867	(8 012)
	<u>144 162</u>	<u>174 218</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de 20,5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes de impostos	773 416	932 052
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Perdas por imparidade em contas a receber	(23 744)	40 740
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	95	(2 470)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>749 768</u>	<u>970 323</u>
Prejuízos fiscais	-	-
Matéria coletável	<u>749 768</u>	<u>970 323</u>
Taxa nominal de imposto	<u>16,80%</u>	<u>16,80%</u>
	<u>125 961</u>	<u>163 014</u>
Derrama Municipal	11 247	14 555
Tributação autónoma	3 099	4 661
Imposto diferido	4 867	(8 012)
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	<u>(1 012)</u>	<u>-</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u>144 162</u>	<u>174 218</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	<u>1,50%</u>	<u>1,50%</u>
	<u>18,30%</u>	<u>18,30%</u>

29. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os lucros distribuídos durante o período de 2018 foram de 379.000 euros (em 2017 – 493.000 euros).

30. CONTINGÊNCIAS

A SEGMA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
EDA, SA	Fornecimento de Luminárias para Iluminação Pública Equipadas com tecnologia LED	2018	53 466	-
EUROSCUT Açores	Instalação de Luminárias Led's Nô do hospital	2018	7 102	-
NAV, E.P.E.	Contrato Fornecimento e Instalação QGBT para o Centro Emissor e Recetor em Santa Maria	2018	4 999	-
ANA, SA	Prestação de Serviços para manutenção preventiva e corretiva das Instalações Técnicas do Aeroporto de Santa Maria	2018	4 740	-
NAV, E.P.E.	Instalação Grupo Emergência e Instalações Elétricas na Estação Localizer do Aeroporto João Paulo II	2018	3 800	-
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	24 024	24 024
EDA, SA	Contratação de Luminárias de Iluminação Pública	2017	18 858	18 858
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	7 894	7 894
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	7 576	7 576
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nô da Levada e Nô S. Gonçalo	2017	6 370	6 370
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	5 520	5 520
ANA, SA	Empreitada de AJPII - Fornecimento e Montagem de cabo de Pista	2017	3 338	3 338
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nô de Belém	2017	3 229	3 229
ANA, SA	AJP II Substituição Proteções MT	2017	2 494	2 494
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2017	2 236	2 236
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Principe de Mônaco	2016	30 880	30 880
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2016	15 440	15 440
T.M.E	Fornitura e Montaggi Intercollegamenti Sale Quadri e trasformatori in accordo a specifica tecnica STA - 10176EES233	2016	8 658	8 658
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7 609	7 609
ANA, S.A.	Reforço caução de 5% da empreitada ASMIAFL	2016	4 285	4 285
Somague Ediçor	Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3 792	3 792
ANA, S.A.	AJP II Substituição de Papis	2016	3 499	3 499
ANA, S.A.	AJP II Fornecimento e Monatagem Cabo de Pista	2016	2 487	2 487
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2 068	2 068
ANA, S.A.	AFL Novos circuitos para alimentação de Papis	2016	1 799	1 799
ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fornecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	870	870
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2015	15 440	15 440
ANA, S.A.	Caucionar o valor de 5% da empreitada de ASM e AFL-Substituição dos Panic	2015	4 285	4 285
ANA, S.A.	APJII - Serviços Administrativos - Fornecimento e Montagem de Chiller Bomba de Calor com referência 0003/DAA/2015	2015	1 536	1 536
ANA, S.A.	Melhoria das terras de serviço e proteção dos postos de transformação do aeroporto João Paulo II	2015	1 140	1 140
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	14 736	14 736
ANA, S.A.	AHR - Aerogar - Substituição de chiller bomba de calor	2013	3 674	3 674
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2 840	2 840
Ministério da Defesa Nacional	MNEC nº64/13.PM 41/Ponta Delgada (RG2) - Quartel dos Arrifes - Proteção dos quadros elétricos contra descargas elétricas	2013	413	413
PT Comunicações	Fornecimento de posto de seccionamento e transformador do tipo cabine-dupla alimentado por MT no edifício sede DONA - Processo 28810	2010	4 598	4 598
ANA, S.A.	AJP II - Fornecimento e montagem grupo MT	2010	4 400	4 400
	Saldo final		290 093	215 986

31. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a SEGMA, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Gerência que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

32. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a SEGMA é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 90% do capital da Empresa. Os restantes 10% são detidos pela EDA Renováveis, S.A..

32.1. Remuneração da Gerência

Os Órgãos de Gestão da SEGMA foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações	60 983	59 265
	<u>60 983</u>	<u>59 265</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da SEGMA não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais e de Fiscalização os seguintes montantes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Revisor Oficial de Contas	6 000	6 000
	<u>6 000</u>	<u>6 000</u>

32.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Sócios:

Electricidade dos Açores, S.A.

EDA Renováveis, S.A.

Partes relacionadas por via de Sócios:

GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Sócios:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a SEGMA efetuou as seguintes transações com os seus sócios:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	731 456	293 726
EDA Renováveis, S.A.	168	6 204
	<u>731 624</u>	<u>299 930</u>
Serviços prestados		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	918 773	1 485 585
EDA Renováveis, S.A.	431 884	454 164
	<u>1 350 657</u>	<u>1 939 749</u>

Juros e rendimentos similares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	7 558	8 962

Compras de produtos e serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Compra de serviços		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	69 166	81 602
EDA Renováveis, S.A.	-	424
	<u>69 166</u>	<u>82 026</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos resultantes de transações efetuadas com os sócios são como segue:

Saldos devedores e credores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 552 551	4 984 445
EDA Renováveis, S.A.	179 692	142 392
	<u>4 732 243</u>	<u>5 126 837</u>
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	8 328	17 624
	<u>8 328</u>	<u>17 624</u>

Conforme indicado na Nota 13, a SEGMA disponibilizou 3.900.000 euros (2017: 4.500.000 euros) ao sócio EDA, que vencem juros à taxa média anual de 0,18% (2017: 0,21%) e que perfazem o montante de 7.558 euros (2017: 8.962 euros).

Esta cedência de fundos sem período de vencimento previsto está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

O sócio EDA Renováveis distribuiu lucros no montante de 15.089 euros e 11.317 euros, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente.

ii) Partes relacionadas por via de sócios

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a SEGMA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	6 632	-
	<u>6 632</u>	<u>-</u>
Serviços prestados		
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	29 231	22 464
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	15 588	10 938
	<u>44 819</u>	<u>33 402</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Compra de serviços		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	14 172	6 679
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	2 114	95
	<u>16 286</u>	<u>6 774</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos devedores		
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	12 011	6 641
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	3 189	7 219
	<u>15 200</u>	<u>13 860</u>
Saldos credores		
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	12 146	-
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	2 495	95
	<u>14 641</u>	<u>95</u>

33. DISPOSIÇÕES LEGAIS

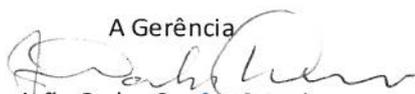
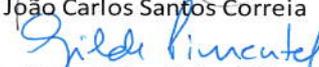
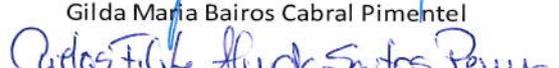
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal. No entanto verifica-se dívida ao Fundo de Compensação do Trabalho a 31 de dezembro de 2018, regularizada no período subsequente.

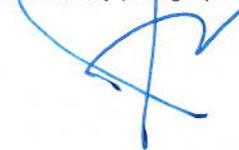
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento subsequente que deva ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

A Gerência

João Carlos Santos Correia

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Carlos Filipe Almeida Santos Pereira



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 9.474.849 euros e um total de capital próprio de 7.811.970 euros, incluindo um resultado líquido de 629.255 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

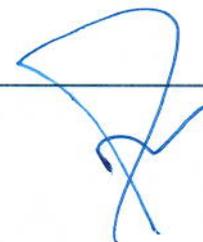
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

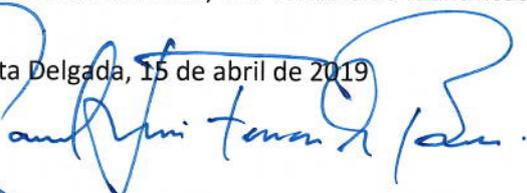
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 15 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)